

A ESTRUTURA DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO E SEUS REFLEXOS NA ATUAÇÃO DO EDUCADOR

THE STRUCTURE OF BRAZILIAN HIGHER EDUCATION AND ITS REFLECTIONS IN THE EDUCATOR'S PERFORMANCE

Maira Regina de Carvalho Alexandre **1**
Francisco Raony Fernandes Pimentel **2**
Weldes Ranna Nascimento da Silva **3**

Resumo: O artigo apresenta um estudo sobre a estruturação do ensino superior no Brasil, e como o professor interfere diretamente no aprendizado do acadêmico, ressaltando-se assim a necessária atualização e preparação para lidar com os diversos problemas que podem ser passados na relação professor-acadêmico. Busca-se, com a realização deste trabalho, responder o seguinte problema: a educação acadêmica de nível superior está estruturada de modo eficiente a promover uma formação de modo satisfativo e eficaz por meio de seus educadores? O método de abordagem foi o dedutivo; abordagem qualitativa; quanto aos objetivos a pesquisa será descritiva, registrando os fatos observados sem interferir neles; quanto aos procedimentos técnicos a pesquisa será bibliográfica, em que se procurou explorar fontes secundárias, com o fim de levantar contradições no tema abordado. Ao final, observou-se que existe uma constante reflexão acerca da sistematização do ensino superior, onde a oferta de graduação precisa estar de acordo com as necessidades apresentadas pela população.

Palavras-chave: Educação. Professor. Ensino superior.

Abstract: The article presents a study on the structuring of higher education in Brazil, and how the teacher directly interferes in the student's learning, thus emphasizing the necessary updating, and preparation to deal with the various problems that can be passed on in the teacher-teacher relationship. This work aims to answer this problem: the academic higher education is structured by efficiently to promote training satisfy and effectively through their educators? The approach method was the deductive; qualitative approach; in regard to the objectives, the research will be descriptive, recording the observed facts without interfering in them; in regard to the technical procedures, the research will be bibliographical, in which it was sought to explore secondary sources, in order to raise contradictions in the approached topic. It was observed that there is a constant reflection on the systematization of higher education, where the supply of graduation must be according to the needs presented by the population.

Keywords: Education. Teacher. Higher education.

Mestra em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PPGPJDH), **1**
pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Professora da Graduação em
Direito da Faculdade do Bico (FABIC) e da Universidade Estadual do Tocantins
(Unitins). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0241426848139231>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1533-9026>. E-mail: mairaregina2011@gmail.com

Especialista em Docência do Ensino Superior, pela Faculdade **2**
Integrada de Araguatins (FAIARA). Professor da Graduação em Direito da
Faculdade do Bico (FABIC). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0387043425875804>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5810-7607>.
E-mail: frfpimentel@gmail.com

Especialista em Docência do Ensino Superior, pela Faculdade **3**
do Bico (FABIC). Servidor do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJ/
TO). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8309907662607636>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0374-4115>. E-mail: wrnascimento@outlook.com.br

Introdução

O artigo apresenta um estudo sobre a estruturação do ensino superior no Brasil, e como o professor interfere diretamente no aprendizado do acadêmico, ressaltando-se assim a necessária atualização contínua, e preparação para lidar com os diversos problemas que podem ser passados na relação professor-acadêmico.

Por muitos anos, polemizou-se na sociedade brasileira a educação nacional como uma das prioridades do governo – por ser uma das mais importantes preocupações dos brasileiros, frente a dificuldade de acesso à educação para muitos – de modo que a educação perdeu espaço para fatos circunstanciais e para a pauta política estabelecida pelos meios de comunicação e pela militância política, dentre diversos outros assuntos que assolaram o país, tais quais a desconstrução da imagem política, polêmicas de valores morais, entre outros. Contudo, é clarividente que a ampliação de investimentos no setor da educação se dá de forma gradativa, transformando-a em um dos principais fatores influenciadores do padrão de vida no país.

Considerando que a docência desempenha um papel central na vida do universitário, a escolha do presente tema para estudo se deu a partir da necessidade de se analisar quais as principais características do ensino superior no Brasil, de modo a solucionar o seguinte problema: a educação acadêmica de nível superior está estruturada de modo eficiente a promover uma formação de modo satisfativo e eficaz por meio de seus educadores? Neste sentido, tem-se por objetivo principal identificar as características fundamentais do ensino superior brasileiro; especificamente, pretende-se averiguar as marcantes mudanças passadas pelo sistema escolar, verificar a estrutura atual do sistema de graduação, para que, ao final, seja possível demonstrar a importância do professor e seu papel exercido na formação acadêmica do universitário.

Para a análise e contribuições acerca da educação, o artigo utilizou doutrinadores dos mais contemporâneos aos mais clássicos como Teixeira, Libâneo, Martins, Alves e Oliveira, dentre outros.

Para tanto, o artigo será dividido em seções: a primeira sobre “Considerações históricas sobre a educação superior” trazendo explicações acerca do contexto histórico da educação superior; a segunda sobre “Estrutura do ensino superior no Brasil”, que apresentará variações de autores acerca da qualidade do ensino e do trabalho docente; a terceira e última sobre “Reflexões sobre o perfil do educador”, frisando as questões impostas ao educador brasileiro.

O método de abordagem a ser utilizado foi o dedutivo de abordagem qualitativa, utilizando-se da técnica indireta, vez que se pode ter como fontes de pesquisa artigos, livros e periódicos; quanto aos objetivos a pesquisa foi descritiva, registrando os fatos observados sem interferir neles; quanto aos procedimentos técnicos a pesquisa foi bibliográfica, em que se procurou explorar fontes secundárias, com o fim de levantar contradições no tema abordado.

Considerações Históricas sobre a Educação Superior

O Ensino Superior é conhecido como um espaço de conhecimento, transmissão, construção, divulgação e aplicação do ensino e da aprendizagem. Além disso, a universidade necessita reelaborar a percepção de que uma de suas atribuições, no sentido mais amplo, é contribuir para a preparação das novas gerações que irão conduzir o país, a sociedade, a educação, o que vai além do papel de preparar novos e inovadores profissionais para o mercado.

Martins (2002, p.4) explica que com a independência política em 1822, não houve mudança no formato do sistema de ensino, nem sua ampliação ou diversificação. A elite detentora do poder não vislumbrava vantagens na criação de universidades. Contam-se 24 projetos propostos para criação de universidades no período 1808-1882, nenhum dos quais aprovado.

Depois de 1850, observou-se uma discreta expansão do número de instituições educacionais com consolidação de alguns centros científicos como o Museu Nacional, a Comissão Imperial Geológica e o Observatório Nacional. A ampliação do ensino superior, limitado às profissões liberais em poucas instituições públicas, era contida pela capacidade de investimentos do governo central e dependia de sua vontade política (MARTINS, 2002, p. 4).

Até o final do século XIX existiam apenas 24 estabelecimentos de ensino superior no Brasil com cerca de 10.000 estudantes (MARTINS, 2002, p.4).

A partir de então, a iniciativa privada criou seus próprios estabelecimentos de ensino superior graças à possibilidade legal disciplinada pela Constituição da República (1891). As instituições privadas surgiram da iniciativa das elites locais e confessionais católicas.

Anísio Teixeira (1957, p.3-4) bem explica essa divisão de oportunidades:

Toda sociedade tem seus processos instintivos de defesa e de conservação. O Brasil, como país agrário e pobre, havia desenvolvido um sistema de educação muito engenhoso para a sobrevivência de suas classes altas. Com a decadência do latifúndio, a fronteira que se abria às famílias empobrecidas era a da educação para as funções do Estado, a política e as profissões liberais. Um sistema público, universal e gratuito de educação não conviria, pois abriria as portas a uma possível deslocação das camadas sociais. Uma escola pública primária gratuita, mas pouco acessível, com espírito marcadamente de classe média, poderia servir às classes populares, sem com isso excitá-las demasiado à conquista de outros graus de educação. Como válvula de segurança, escolas normais e técnico-profissionais se abriram à continuação dos estudos pelos mais capazes. No nível médio, pois, criou-se-iam dois tipos de escola: o secundário ou propedêutico aos estudos superiores, a ser ministrado em escolas particulares pagas e destinado às classes de recursos suficientes para custear, nesse nível, a educação dos filhos; e a escola normal e a técnico-profissional, em número reduzido, públicas e gratuitas, para o povo. Criados tais óbices para o acesso ao ensino superior, poderia o mesmo ser público e gratuito. E foi o que se fez, **ficando deste modo assegurada às classes dominantes, mas em parte já empobrecidas, do País, a oportunidade de dar a seus filhos a educação necessária às carreiras burocráticas e liberais, com que as boas famílias brasileiras contavam superar as dificuldades da desagregação da classe agrária. Tivemos, assim: o ensino primário gratuito, mas de oportunidades reduzidas; o ensino secundário pago, para servir de estrangulamento a qualquer rápido desejo generalizado de ascensão social; e o ensino superior gratuito, para atender aos filhos dos “pobres envergonhados” em que se transformou a elite rural do País.** Com esse sistema, assegurou-se a estabilidade social e começamos a marcha para a sociedade de “funcionários e doutores” que sucedeu ao nosso patriarcado rural (grifo nosso).

Ainda nos diz que nos 30 anos seguintes, o sistema educacional apresentou uma expansão considerável, passando de 24 escolas isoladas a 133, 86 das quais criadas na década de 1920 (TEIXEIRA, 1989, p.74).

Sampaio (2008, p.8) descreve que o ensino superior no Brasil só adquiriu cunho universitário a partir dos anos 30, em contraste com alguns países da América espanhola que tiveram suas primeiras universidades ainda no período colonial, como o México e Peru, ou no pós-independência, como o Chile.

Se, por um lado, este modelo se manteve quase inalterado – somente no final do século XIX foram introduzidas algumas modificações no sentido de dar uma ênfase maior à formação tecnológica – por outro, o sistema de ensino superior brasileiro revelou, desde cedo, marcas de descontinuidades no que diz respeito, sobretudo, aos aspectos que envolvem sua relação com o Estado. Nesta perspectiva, é possível identificar em sua

história cinco datas-chave: 1808, 1898, 1930, 1968 e 1985. Esses anos, referidos ao próprio processo de transformação política-institucional do país, definem, em linhas gerais, os períodos de mudanças de formato do sistema de ensino superior ao longo de seus quase duzentos anos de existência (SAMPAIO, 2008, p. 8).

Existe a crença de que educação é uma promessa de um futuro melhor aos homens, sendo que os professores alimentam essa convicção nas escolas, em prol da transformação da sociedade. A educação passou por um sistema de ensino elitizado para um sistema de ensino em massa, implicando num aumento significativo de professores e alunos (CASTILHO, 2009).

De acordo com Martins (2002, p.4) a ideia de universidade mobilizou gerações de propositores e críticos desta forma de ensino. O projeto elaborado pela elite intelectual laica defendia a universidade pública em oposição ao modelo de instituições isoladas e propunha a institucionalização da pesquisa em seu interior.

Alguns países da América Hispânica dispunham de universidades no período colonial, sendo a primeira delas criada no México em 1553, graças à concepção imperial da Espanha diversa da de Portugal. Em contraposição, o pragmatismo português não permitiu que o Brasil possuísse de universidades no período colonial, e a formação do núcleo de ensino superior só teve início com a vinda da família real portuguesa. O seu desenvolvimento foi voltado para a formação profissional sob controle do Estado. O modelo adotado combinou o pragmatismo da reforma pombalina em Portugal (para libertar o ensino dos entraves conservadores tidos como responsáveis pelo atraso do país em relação aos demais europeus), e o modelo napoleônico que contemplava o divórcio entre o ensino e a pesquisa científica (MARTINS, 2002, p.4).

No Brasil, a oferta da educação alterou-se significativamente a partir dos anos 90, com a universalização do ensino fundamental, o crescimento do ensino médio e também do ensino superior, cujas matrículas triplicaram. Apesar desse intenso crescimento observado no ensino superior, o percentual de acesso dos jovens é ainda muito restrito – abrange 19% na faixa etária de 18 a 24 anos (PNAD, 2009).

Assim, para o alcance da expansão do acesso à universidade, necessário se faz uma análise no desempenho educacional dos alunos (jovens), tomando como base o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), análise esta acompanhada de habilidades e competências.

Estrutura do Ensino Superior no Brasil

Descrever o sistema de Ensino Superior do Brasil, nas palavras de Stallivier (2006, p.1) é uma tarefa árdua e complexa, devido à diversidade de sua estrutura e organização. Assim, é necessário entender o atual contexto da educação no Brasil, tendo-se em conta fatores de ordem econômica, social, cultural entre outros.

O Brasil é a décima maior economia do mundo, possuindo dimensões de proporções continentais, e sua extensão territorial equivale a 8,5 milhões de quilômetros quadrados, e sua população ultrapassa o número de 183 milhões de habitantes, que cresce numa taxa anual de 1,31%. Nessa realidade, estão inseridas as instituições de Ensino Superior, que compõem um sistema complexo, diversificado, em constante mudança e expansão e que está prestes a aprovar um novo documento que rege a sua própria reforma universitária (STALLIVIER, 2006, p.5).

Recorrentemente, existe continua confusão na terminologia das instituições de Ensino Superior, já que a conceituação não consegue abarcar todo o objetivo ou visão da instituição e, não menos importante, pela diferenciação de que apenas algumas são definidas como universidade.

Nóvoa (1995) observa que alguns fatores relacionados à qualidade do ensino caracterizam que o ensino atual difere do que existia vinte anos - ou, considerando-se a referência neste artigo, há pelo menos três décadas pretéritas -. A aceleração da mudança social levou os professores a um desajustamento, ocorrendo uma mudança significativa na forma de ensinar e aprender.

Ainda segundo Nóvoa (1995, p.100), muitos foram os elementos contribuintes para a transformação no sistema escolar, passando-se além do “saber a matéria que leciona”, indo ao professor que seja facilitador da aprendizagem, pedagogo eficaz, organizador do trabalho em grupo, e que, para além do ensino, cuide do equilíbrio psicológico e afetivo dos alunos, da integração social e da educação sexual, etc.; a tudo isto pode somar-se a atenção dos alunos especiais integrados na turma.

Assim, observa-se que o trabalho docente teve um exponente aumento de exigências, insurgindo cursos de formações complementares, que acompanharam as mudanças e continuaram formando professores, acrescidos de descobertas psicologicamente capazes de promover a aprendizagem, tornando educadores verdadeiros investigadores especializados.

Souza, Pereira e Teixeira (2012) explicam que a educação superior no Brasil tem avançado de forma gradativa, num rumo à democratização ao acesso às universidades, e políticas públicas se tornam cada vez mais funcionais no cenário nacional, para motivar a formação de novos profissionais para atuarem na educação. Entretanto, profissionais se portam de maneira irregular diante dos desafios para os afazeres pedagógicos, principalmente no que tange o ensino superior já que, neste momento, espera-se o aprofundamento das habilidades e competências do educando, para tanto, o docente da IES na contemporaneidade precisa assumir uma nova postura transformacional e sobre tudo construtivista.

A postura do professor no ensino superior pauta-se na forma como esse conduz o processo de ensino e aprendizagem, de maneira a oportunizar o acadêmico a desenvoltura epistemológica como o criar, inventar e executar suas próprias ideias, mediando aulas propícias, com sentidos delineados e muito bem planejadas; visto que o professor precisa mediar todas as possibilidades de construção do conhecimento para o aluno, através de abordagens precisas e bastantes criativas, não resumir o conteúdo ministrado unicamente numa perspectiva aulista, mas em possibilidades de formulações de novos postulados, estabelecendo dessa forma, estratégias eficazes na prática educativa para que o futuro professor possa verdadeiramente atuar com autonomia.

Neste sentido, Alves (2008, p.2), quando se fala em formação docente, entende que:

[...] há uma preocupação com o ensino fundamental e médio, desta forma, os cursos de formação nesta área sempre privilegiam estes dois segmentos. Explica-se que o curso de magistério voltado para o ensino fundamental exige que seja feito estágio nas escolas para o conhecimento da prática docente, assim como trabalha a didática de cada disciplina apontando o caminho a ser seguido na prática em sala de aula. Da mesma forma os cursos de licenciatura, também se preocupam com o profissional que irá atuar no ensino médio e durante a sua formação no curso universitário, disciplinas referentes á didática deste futuro educador, estão presentes em toda a grade curricular do curso de licenciatura. E além destas disciplinas o estágio também é obrigatório, colocando o aluno frente a frente com a realidade de sala de aula, dando-lhe a oportunidade de refletir sobre a teoria estudada e a prática encontrada nas escolas antes de habilitá-lo para o exercício da profissão. Com relação ao profissional que irá atuar no ensino superior, a didática que deve ser aplicada dentro de sala de aula, não tem sido privilegiada nos cursos que o habilita a atuar no ensino superior, preocupa-se muito com as pessoas que irão atuar no ensino fundamental e médio

e esquece-se que o professor do ensino superior necessita de uma orientação quanto às técnicas e métodos que melhor se aplicam ao ensino superior.

Em todo o país, o ensino superior é oferecido por universidades, centros universitários, faculdades, institutos superiores e centros de educação tecnológica, em que o cidadão pode optar por três tipos de graduação: bacharelado, licenciatura e formação tecnológica, existindo ainda os cursos de pós-graduação, divididos entre *lato sensu* (especializações e MBAs) e *strictu sensu* (mestrados e doutorados).

E além da forma tradicional, o ensino brasileiro também é disponibilizado ao estudante a formação por ensino a distância (EAD), modalidade em que o aluno recebe livros, apostilas e conta com a ajuda da internet, para adquirir os conhecimentos necessários, utilizando-se de avaliações para qualificação e aprovação de seu desempenho. Percebe-se que a presença do aluno não é mais uma necessidade dentro da sala de aula, existindo ainda cursos semipresenciais, com aulas em sala e também à distância.

Franco (2008, p.54) acredita que, se por um lado é considerável o crescimento expressivo do atendimento pelas universidades, por outro lado este aumento de ingressantes não foi acompanhado pelo fortalecimento do trabalho de muitas instituições, vez que a grande maioria possui alguma atividade desta modalidade, muito embora, às vezes, seja frágil e isolada, enquanto outras não têm nenhum vínculo com a pesquisa contínua.

Alerta ainda Franco (2008, p.54), que se de alguma forma, existem muitos aspectos a serem revistos nos investimentos em pesquisas, principalmente quanto ao pagamento de pessoal e na efetivação desta atividade acadêmica, não se pode negar que a pós-graduação tem se mostrado como um dos setores mais eficazes da educação brasileira, principalmente no tocante às instituições públicas, que além de pesquisadores, tem ofertado professores para atuarem na docência de cursos de graduação.

Com efeito, o cumprimento das finalidades do ensino superior passou a priorizar o ensino, a extensão e a pesquisa, frente a necessidade de se definir um campo de organização e alternativas de oferecimento e desenvolvimento diversificadas, consistentes e que contemplem tanto os elementos da ciência, como os componentes do ensino.

Aqui, é importante ressaltar exatamente como a realidade brasileira demonstra o acelerado processo de expansão de instituições e cursos, que favoreceram com o aumento substancial de novos professores que se vinculam exclusivamente às instituições de ensino superior para a docência baseada em horas, não se comprometendo com a pesquisa e extensão, que forma os pilares da educação superior, bem como o papel da Universidade/Faculdade, o que gera fragilidade no incentivo à pesquisa em instituições superiores que se limitam apenas ao ensino, deixando de lado também o último pilar, a extensão.

Para tratar dos avanços não se pode desconsiderar a obrigação de readequação de visão trazida com a discussão, bem como a dedicação dos profissionais em estarem sempre se atualizando e, principalmente, para chamar a atenção dos governantes, das instituições de ensino e do mercado de trabalho como um todo.

Severino (2008, p.75) comenta que depois de uma grande espera para a criação de uma experiência de ensino superior minimamente sistematizada no país, somente na terceira década do século passado que essa experiência veio se instalar e se desenvolver predominantemente. De fato, a educação brasileira remonta uma realidade extremamente heterogênea, sob todos os aspectos, do sistema de ensino superior no país, com diferenciadas organização e cultura, cujo heterogeneidade estrutural contempla a instabilidade temporal, criando um segmento de ensino não definido, sofrendo constantemente transformações, verdadeira metamorfose permanente.

Atualmente, o país é envolvido no movimento de uma nova reforma universitária, sempre correndo atrás de uma situação nunca alcançável, numa expectativa de que o ensino superior se adeque a uma forma definitiva exigida pelo modelo da sociedade moderna, de modo que a busca vai no sentido de adaptação do contexto societário capitalista neoliberal ao âmbito da globalização econômica e cultural imposta à sociedade brasileira.

Reflexões sobre o Perfil do Educador

Inúmeras são as questões impostas ao educador brasileiro que implicam numa profunda e contínua reflexão do exercício da profissão, frente ao constante fracasso destacado nos quadros qualitativos em todo o país ao longo das décadas, tornando-se crucial o investimento em técnicas revolucionárias capazes de suprir as lacunas existentes no ato de educar. Assim, imperioso estudar os requisitos essenciais a um profissional da educação para que este esteja apto a lecionar com competência.

O preparo para se tornar um educador é algo complexo, tecido ao longo dos anos, de acordo com o interesse de cada um, criando a própria identidade profissional, fazendo-se necessária a prática e a cumplicidade com seus alunos, para que haja reconhecimento notório, refletindo dedicação, e a busca para transformar antigas fórmulas de ensinar em formas que facilitem a aquisição, ou melhor, a construção do saber pela própria pessoa.

Na verdade há uma contínua discussão a respeito da formação do professor universitário, sendo que este profissional, para instruir no ensino superior, deve ter curso de especialização em uma área à sua escolha, não sendo necessário, contudo, formação em docência ou prática de ensino superior, tornando-se fundamental que o professor universitário esteja preparado para lecionar na etapa mais importante da vida de uma pessoa – na fase acadêmica -, em que o docente é o personagem ao qual o estudante se espelha, depositando nele confiança e admiração.

Neste sentido, deve o educador manter o seu perfil como o perfil de um empreendedor, que sempre busca se superar a cada dia para ser visto com grande e admirável, aberto ao novo e com poder de tomar decisões rápidas e seguras.

Tamburus (2015, p.2) analisa o professor como:

[...] profissional começou a absorver novas funções, passando a ser chamado, por muitos, de educador, que consiste na pessoa que detém as informações a respeito de determinada área e as compartilha com os educandos. Agora, surge uma nova definição para o profissional que leciona: orientador de aprendizagem. Trata-se daquele que conhece determinado assunto, mas, em vez de apenas transmiti-los e compartilhá-los, também motiva os estudantes a buscá-los. Exerce o papel de orientador, acompanhando de perto o desenvolvimento da atividade proposta em consonância com a realidade. Seu objetivo é contribuir para a aprendizagem do estudante, não de forma descontextualizada, mas sim relacionando o que se aprende com o que se vive. Ao mesmo tempo, ajuda o estudante a desenvolver a autonomia e o espírito crítico, preparando-o para o mundo do trabalho e o exercício da cidadania.

Castilho (2009, p.8) relata que, em meados do século XVIII, a educação estava nas mãos da Igreja e os professores eram religiosos que desempenhavam o papel de professor como atividade secundária, de modo que os saberes e as técnicas eram redigidas por teóricos e as normas e valores praticados sofriam a influência de crenças e atitudes morais e religiosas.

Relata ainda sobre o movimento de estatização do ensino:

a segunda metade do século XVI houve um movimento de estatização do ensino. Os religiosos foram substituídos por professores laicos recrutados pelo Estado. Ao final deste século para ensinar era preciso uma licença ou autorização do Estado que era concedida após uma análise das condições do candidato, tais como: habilitações, idade, comportamento moral. Esta licença iniciou o processo de profissionalização da atividade docente, estabeleceu um perfil de competências necessárias para o papel de professor e contribuiu para a homogeneidade, unificação e hierarquização do ensino a nível nacional (CASTILHO, 2009, p.8).

Após, essa estatização, o Estado passou a licenciar os professores, nas palavras de Nóvoa (1995):

Os professores são funcionários, mas de um tipo particular, pois a sua ação está impregnada de uma forte intencionalidade política, devido aos projetos e às finalidades sociais de que são portadores. No momento em que a escola se impõe como instrumento privilegiado da estratificação social, os professores passam a ocupar um lugar-charneira nos percursos de ascensão social, personificando as esperanças de mobilidade de diversas camadas da população: agentes culturais, os professores são também, inevitavelmente, agentes políticos (NÓVOA, 1995, p.17).

Por outro lado, atualmente a prática educativa segue cada vez mais objetivos sociopolíticos, estabelecendo formas de organização metodológicas da ação educativa.

Neste sentido, tem-se o professor, que exerce um importante papel na didática, não cabendo a ele apenas confirmar ou negar algo, dizer o que é certo ou errado às perguntas ou respostas do aluno, mas sim atuar como aquele que guia, que tem autoridade para guiar.

Tamburus (2015, p.3) observa que a nova visão do professor levou em conta as mudanças pelas quais a sociedade passa ao longo dos anos, de sobremaneira que o estudante não mais é o mesmo de décadas atrás, principalmente após a democratização do acesso à internet, no fim dos anos 1990.

Os alunos das escolas, especialmente as localizadas nos centros urbanos, são crianças que interagem desde cedo com as novas tecnologias de informação e de comunicação, permitindo que as mesmas adquiram um conhecimento prévio sobre vários assuntos que mais tarde vão ser tratados pelo profissional da educação em sala de aula. As informações acadêmicas deixaram de ser privilégio do professor e passaram a apresentar uma universalização, acessível a todos. Isso explica um pouco a terminologia orientador de aprendizagem e justifica a necessidade de se ter conhecimento sobre outras áreas por parte do professor, principalmente as novas tecnologias de informação (TAMBURUS, 2015, p.4).

Mattos (2009, p.2) acredita que a formação do professor deve estar em primeiro lugar na sua carreira profissional, sendo que as qualidades necessárias ao bom professor são as dimensões que envolvem as perspectivas emocionais, políticas, éticas, reflexivas e críticas, e, sobretudo, as de caráter do saber: o conhecimento acima de tudo e a pesquisa constante.

No Brasil, ser educador significa lutar contra a discriminação da própria profissão, que para muitos é desvalorizada, menosprezada, e de certo modo, discriminado, em que muitos se intitulam professores quando na verdade apenas passam por essa fase na expectativa de uma profissão financeiramente melhor. Contudo, é importante lembrar que um educador verdadeiro é aquele que gosta da sua profissão, ama o que faz e o faz bem feito, pois investe no seu aperfeiçoamento, para poder contribuir com a educação de outros.

Os professores são considerados, para muitos, como mediadores, que doam não o conhecimento pessoal, mas sim a energia cósmica que existe na relação educador-aluno; se tratando de uma relação de emoções, afinidades, entendimentos, escolhas, intuições ou não, prevalecendo-se, assim, as características basilares à identificação deste tipo de profissional: competência, empatia, escolha, acertos, e capacidade para reconhecer erros, todas estas utilizadas em prol da coletiva.

Considerações Finais

Em tempo, algumas considerações não de ser feitas quanto a tudo exposto no presente artigo, observando que a evolução da educação superior no Brasil é medida de extrema

necessidade e urgência, vez que o público-alvo desse nível educacional é tido como altruístas e superdesenvolvidos intelectualmente, pois estão com a tecnologia na palma da mão e a educação superior no Brasil deve acompanhá-los.

Como tão bem escreveu Stallivieri (2006, p.21) isso gera a necessidade de uma constante reflexão sobre a sistematização do sistema de Ensino Superior brasileiro, a fim de que a oferta esteja de acordo com as necessidades apresentadas pela população, que se movimenta também de acordo com os novos cenários e com as novas demandas do mercado de trabalho. O momento é bastante delicado. As tensões existentes entre o sistema público e privado, as questões de financiamento da educação superior, a autonomia universitária e a necessidade de constante avaliação para garantia da qualidade são questões recorrentes nas agendas do setor político e educacional do país.

O processo educacional necessita de uma gestão democrática e participativa para corroborar com o bom andamento do processo de ensinagem e para isso Libâneo (2001, p.7) já nos mostra os elementos de ação, quais sejam: a) planejamento - processo de explicitação de objetivos e antecipação de decisões para orientar a instituição, prevendo-se o que se deve fazer para atingi-los; b) organização - Atividade através da qual se dá a racionalização dos recursos, criando e viabilizando as condições e modos para se realizar o que foi planejado; c) direção/Coordenação - Atividade de coordenação do esforço coletivo do pessoal da escola; d) formação continuada - Ações de capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais da escola para que realizem com competência suas tarefas e se desenvolvam pessoal e profissionalmente e, e) avaliação - comprovação e avaliação do funcionamento da escola.

Com isso, a comunidade acadêmica, composta por seus gestores, dirigentes universitários, pesquisadores e, sobretudo, seus docentes, cumprem com o importante papel de promover o contínuo avanço educacional devotado à população.

Assim, pode-se esperar que os desafios da educação brasileira tendam a serem superados por meio do contínuo aprendizado e aperfeiçoamento de técnicas de ensino, melhor conversa e troca de experiências, o que envolve alunos e professores, em comunhão cultural com toda a comunidade em que a escola possui.

Referências

ALVES, A. C. **A formação do professor do ensino superior. 2008.** Disponível em: <[http:// docplayer.com.br/12934719-A-formacao-do-professor-do-ensino-superior-resumo.html](http://docplayer.com.br/12934719-A-formacao-do-professor-do-ensino-superior-resumo.html)>. Acesso em 02 fev. 2020.

ANDRADE, C. Y. **Acesso ao ensino superior no Brasil: equidade e desigualdade social. 2012.** Disponível em: <<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/acesso-ao-ensino-superior-no-brasil-equidade-e-desigualdade-social>>. Acesso em 02 fev. 2015.

CARDIM, P. A. G. **O cenário do ensino superior no Brasil: avanços e desafios. 2010.** Disponível em: <<http://www.belasartes.br/diretodareitoria/artigos/o-cenario-do-ensino-superior-no-brasil-avancos-e-desafios>>. Acesso em 20 jan. 2020.

CASTILHO, S. A. G. **A formação do perfil do professor do século XXI – Lins, 2009. 40 p.** Monografia apresentada ao Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UNISALESIANO, Lins, SP para Pós-Graduação “Lato Sensu” em Metodologia do Ensino Superior, 2009.

FRANCO, A. P. **Ensino superior no Brasil: cenário, avanços e contradições.** Jornal de políticas educacionais, n. 4, jul-dez, 2008. pp. 53-63. Disponível em: <http://www.jpe.ufpr.br/n4_6.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2020.

LIBÂNEO, J. C. **O sistema de organização e gestão da escola** In: LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola - teoria e prática. 4ª ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

_____. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática.** Goiânia: Alternativa, 2004.

MATTOS, S. M. N. MATTOS, J. R. L. **Em busca de um novo educador para uma nova educação.** 2009. Disponível em: <<http://www.ufrj.br/leptrans/arquivos/educador.pdf>>. Acesso em 21 dez. 2019.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. **Ensino superior no Brasil:** da descoberta aos dias atuais. Acta Cir. Bras., São Paulo, v. 17, supl. 3, p. 04-06, 2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502002000900001&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 02 fev. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-86502002000900001>.

NÓVOA, A. **Profissão professor.** Portugal: Porto, 2. ed., 1995.

BRASIL. Portal Brasil. **Saiba como funciona sistema de ensino superior no Brasil.** 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2009/11/ensino-superior>>. Acesso em 09 jan. 2020.

SAMPAIO, H. **Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990.** Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo: NUPES, 2008.

SEVERINO, A. J. **O ensino superior brasileiro:** novas configurações e velhos desafios Educar, Curitiba, n. 31, p. 73–89, 2008. Editora UFPR. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a06>>. Acesso em 09 jan. 2020.

SOUZA, A. S. N.; PEREIRA, J. L.; TEIXEIRA, M. R. M. **A postura do professor no ensino superior:** Atitudes que fomentam a formação do conhecimento. 2012. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/artigos/3527869>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

STALLIVIERI, L. **O sistema de ensino superior do Brasil:** características, tendências e perspectivas. Universidade de Caxias do Sul, UCS: Assessoria de Relações Interinstitucionais e Internacionais. 2006.

TAMBURUS, O. F. **O perfil do professor no século XXI.** 2015. Disponível na Internet em http://www.pedagogia.com.br/artigos/o_perfil_do_professor/?pagina=4. Acesso em 02 fev. 2020.

TEIXEIRA, Anísio. **A escola brasileira e a estabilidade social.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v.28, n.67, jul./set. 1957. p.3-29.

Recebido em 02 de fevereiro de 2020.

Aceito em 17 de março de 2020.